



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680974 - SP (2021/0223828-9)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : ALEXANDRE ORSI NETTO - SP227119
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO APARECIDO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO APARECIDO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (n. 0007727-18.2021.8.26.0000).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 14 anos, 5 meses e 28 dias de reclusão, atualmente em regime semiaberto, e atingiu o requisito objetivo para o livramento condicional.

O juiz da execução penal indeferiu o benefício sob fundamento de que o paciente praticou faltas graves durante a execução da pena (20/5/2019 e 25/12/2013), bem como de que progrediu recentemente ao regime semiaberto (28/4/2021), condicionando a concessão do livramento condicional à prova da aptidão para tanto no regime intermediário.

Sustenta o impetrante que as faltas graves praticadas já geraram efeitos em relação ao cálculo de pena e que o paciente possui bom comportamento carcerário, conforme atestado pelo diretor do presídio.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja concedido ao paciente o livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente